

# Plano de Zélia propõe pacto para inflação cair a 5%

Teodomiro Braga

SÃO PAULO\*— Inspirado nos programas adotados no México e em Israel, o plano econômico que será apresentado amanhã ao presidente eleito Fernando Collor de Mello por sua assessoria propõe o combate à inflação por intermédio de um pacto social patrocinado pelo futuro presidente. As linhas gerais do projeto foram obtidas ontem pelo JORNAL DO BRASIL junto à equipe de seis economistas e um advogado que desde terça-feira passa-se enclausurado no 8º andar do Hotel Transamérica, um dos mais luxuosos de São Paulo, para concluir o trabalho.

O fim da indexação da economia viria com a negociação de novo esquema de correção dos preços e salários entre o governo e representantes de trabalhadores e empresários, ao invés do congelamento ou da liberalização total dos reajustes. Se o plano for aprovado por Collor, o pacto será acompanhado de um profundo ajuste fiscal para gerar uma redução no déficit público equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), ou cerca de US\$ 14 bilhões, entre eliminação de subsídios e incentivos, realinhamento de tarifas públicas e aumento de impostos.

A meta é a queda da inflação para cerca de 5% em três meses — meio termo entre a busca da queda imediata da inflação a índices próximos de zero, como preconizava o Plano Cruzado em 1986, e a proposta de redução gradual das taxas. Prevê-se uma recessão na fase inicial do plano, em consequência das duras medidas fiscais, mas espera-se a retomada do crescimento econômico no final de 1990. Aproveitando receitas das escolas heterodoxa e ortodoxa, o plano envolve num só pacote propostas de estabilização a curto prazo com reformas estruturais de médio e longo prazo. “É uma combinação de elementos de ruptura da inércia inflacionária com o choque fiscal dos ortodoxos”, classifica um dos seus formuladores.

**Tarifas públicas** — Além do afastamento da opção do congelamento, o Plano Zélia também descarta a criação de nova moeda e mudanças nas regras atuais sobre a dívida pública interna. “Não será feito nada de forma compulsória em relação à dívida in-

terna e nenhuma medida prevista no plano prejudicará os aplicadores nos títulos públicos”, garante um auxiliar de Zélia. “Nenhum governo começa com intervenções bruscas no mercado financeiro, infringindo regras contratuais em vigor. Na Argentina, o calote parcial na dívida interna só veio meses após o início da nova administração, depois do fracasso de vários planos de ajuste”.

Um dos componentes mais amargos do pacote é o realinhamento de tarifas públicas — já chamado de *tarifaço* — e do câmbio. A grande defasagem nos preços dos serviços e na cotação oficial do dólar, apontam os dados da equipe econômica de Collor, será uma das piores heranças deixadas pelo presidente Sarney à futura administração. O profundo ajuste da economia brasileira previsto no programa deverá viabilizar a realização de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme admitem os integrantes da equipe de Zélia. Eles insistem em ressaltar, porém, que as mudanças estão sendo planejadas por iniciativa e decisão da equipe do futuro governo, sem qualquer ingerência externa, seja do FMI ou dos bancos credores.

**Cardápio** — Até o início da madrugada de hoje os economistas ainda estavam reunidos no Hotel Transamérica, acertando os detalhes finais do plano. No final da tarde, a equipe viaja para Brasília, devendo apresentar o trabalho a Collor amanhã de manhã, em sua residência no Lago Norte. A explanação geral da proposta, naturalmente, ficará a cargo de Zélia Cardoso de Mello. Além da proposta básica defendida pelo grupo, o estudo também inclui diversas alternativas para atingir o ajuste fiscal de 4% do PIB e baixar a inflação.

Esse *cardápio de alternativas*, como chama o economista Eduardo Modiano, contempla sugestões coletadas pelo grupo nas últimas semanas, além de exposição detalhada sobre as vantagens e desvantagens de fórmulas de combate à inflação levantadas por outras correntes de pensamento e adotadas no passado. “O plano não é uma coisa fechada, que propicie reações do tipo pegar ou largar, gostei ou não gostei”, explica um de seus principais autores.

Na parte salarial, por exemplo, uma das alternativas expostas no documento é a sugestão de liberalização parcial dos reajustes apresentada pelo econo-

mista Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e assessor econômico, durante a última campanha eleitoral, do candidato a presidente pelo PL, Guilherme Afif Domingos. Pela proposta, os sindicatos e empresas negociariam os reajustes salariais dentro de limites máximos e mínimos fixados pelo governo. A idéia é colocada no trabalho apenas como uma opção à solução básica oferecida pela equipe, de deixar que a nova fórmula de aumentos salariais, assim como dos preços, faça parte do acordo global de desindexação da economia a ser patrocinado pelo governo. “Essa é a saída democrática”, opina um dos pais do plano.

**Choque liberal** — “A princípio, o sistema de reajustes será efetivamente pactuado entre empresas e sindicatos, sem a interferência do governo”, diz esse economista. A velocidade da desindexação — e, portanto, o ritmo da queda da inflação — também seriam definidos nesse amplo pacto social, como ocorreu no programa israelense, um dos modelos que serviram de inspiração à equipe de Zélia. O pacto articulado em Israel nasceu de uma greve geral dos trabalhadores em repúdio ao plano inicial decretado unilateralmente pelo governo.

A proposta do choque liberal, defendida pelos economistas mais ortodoxos, é criticada no estudo como uma solução inadequada e de alto risco. A liberação numa só tacada dos reajustes de preços, salários e câmbio, dirá o estudo a ser entregue a Collor, provocará uma forte aceleração da inflação logo após o choque. A sensação de perda causada pela alta da inflação desencadearia uma pressão por reajustes antes que comessem a aparecer os efeitos das medidas nas áreas monetária e fiscal.

A tudo isso se somaria o fato de que, na fase inicial após a liberação dos reajustes, a taxa de câmbio estaria perigosamente sobrevalorizada. Nesse cenário de inflação ascendente, a tentativa das empresas de repassar aos preços dos produtos os aumentos de salários conseguidos pelos trabalhadores poderia desestabilizar a economia, detonando a hiperinflação. A intervenção do governo para conter a hiperinflação exigiria um dramático aperto nas políticas monetárias e fiscal, provocando uma recessão ainda mais forte do que a prevista inicialmente.

**Congelamento** — Em contraposição ao choque fiscal, é apresentada a proposta gradual, que prevê a queda paulatina da inflação ao longo de um ou dois anos. O maior inconveniente dessa opção, aponta o documento, é a necessidade de manter as políticas de aperto monetário e fiscal por um período mais longo, acompanhando o cronograma de redução dos índices inflacionários. O resultado disso seria o prolongamento da estagnação da economia, com consequente ampliação do desgaste político do governo.

O sucesso da estratégia gradual, continua a avaliação, poderia ser comprometido logo no início da sua implantação, devido às correções de preços de tarifas públicas e câmbio que forçosamente também teriam de constar do ajuste gradual. Antes que as medidas fiscais comessem a fazer efeito, o plano poderia ser desestabilizado pelas pressões inflacionárias decorrentes desses realinhamento. “Quanto mais gradualista for o plano, mais tempo demora a aplicação de remédios amargos e maior é o desgaste político”, condena um auxiliar de Zélia.

A alternativa da adoção de um plano com base no congelamento de preços é avaliada por Zélia e seus companheiros com igual descrença. Argumenta-se que essa é uma fórmula fortemente desgastada, cuja reedição resultará num inevitável fracasso. Após três planos de congelamento, avalia a equipe de Zélia, a sociedade já aprendeu como se preparar tanto para a implantação como para o processo de descongelamento. Adverte o estudo que um quarto congelamento levaria em pouco tempo a uma crise de abastecimento, já que as apostas no insucesso do plano ocorreriam ainda mais cedo do que nas outras tentativas. Outra consequência inevitável da implantação de um programa de estabilização nesses moldes, diz ainda um assessor de Zélia, seria o perigoso adiamento das suas medidas corretivas, diante da inevitável tendência das autoridades econômicas de tentar prolongar o período de inflação baixa.

A proposta de solução do problema da dívida interna, através da depreciação do valor dos títulos públicos, não foi incluída no variado *cardápio de alternativas* que será submetido a Collor, segundo garante um dos responsáveis pelo trabalho.

## Outras mudanças na economia

“Um programa de ajuste racional da economia”, é como a equipe comandada por Zélia Cardoso de Mello prefere definir o plano que elaborou para tirar o país da crise econômica. O ponto de partida do projeto foi a proposta elaborada em outubro do ano passado por Eduardo Modiano e Dionísio Carneiro, dois dos poucos economistas de renome que se dispuseram a entrar no barco de Fernando Collor de Mello antes das eleições. O plano também manteve as principais promessas de campanha de Collor, como a demissão de funcionários públicos e o enxugamento da máquina administrativa, com a redução do número de ministérios para apenas 12 e a criação do Ministério da Economia. A proposta de retirada do aval da União dos empréstimos externos, que o então candidato do PRN tanto propagou, acabou sendo abandonada por causa dos inconvenientes apontados pelos seus críticos, principalmente as dúvidas sobre os efetivos ganhos que seriam proporcionados por uma medida tão drástica e de validade jurídica duvidosa. Os outros principais pontos do Plano Zélia são os seguintes:

**Política monetária** — Será restritiva para completar o choque fiscal. É um dos principais pontos do plano para derrubar a inflação. A meta é zerar em dois anos as necessidades de financiamento do setor público, que hoje correspondem a 6% do PIB, ou cerca de US\$ 20 bilhões. A própria queda da inflação, prevê o plano, geraria os 2% do PIB necessários para eliminação do déficit, além dos 4% previstos no choque fiscal.

**Privatização** — Será um programa ambicioso, elaborado com base no princípio de que todos os setores da economia atualmente controlados pelo Estado são passíveis de privatização. Um dos carros-chefe do Plano Zélia, conforme seus autores, o programa de privatização prevê a criação de incentivos e eliminação de entraves burocráticos para acelerar e ampliar os processos de venda de estatais. Uma das inovações mais ousadas é a permissão à participação de capital estrangeiro nos leilões de privatização. Além da revisão das funções do Estado, outro objetivo da aceleração da privatização é a obtenção de recursos. Ainda em 1990 pretende-se arrecadar mais de US\$ 2 bilhões

nas vendas de estatais, para ajudar na redução do déficit público.

**Dívida externa** — Renegociação envolvendo US\$ 7 bilhões — US\$ 4 bilhões seriam obtidos pela redução à metade dos juros que o país deve por ano aos bancos privados internacionais, e US\$ 3 bilhões pela entrada anual de recursos novos que serão pleiteados junto ao Banco Mundial, FMI e agências governamentais de financiamento que integram o chamado Clube de Paris. Caso não se obtenham esses recursos novos nos níveis planejados, a alternativa em cogitação é reduzir ainda mais os pagamentos de juros aos bancos credores.

**Dívida interna** — Equacionamento sem alteração das regras atuais de remuneração dos títulos públicos. O enquadramento do delicado problema da dívida pública federal, estimada em US\$ 70 bilhões, parte da constatação de que montante significativo dos recursos que giram atualmente no *overnight* são quase-moeda isto é, trata-se de dinheiro ali aplicado por pessoas físicas e empresas apenas para se protegerem da inflação. Com a queda das taxas inflacionárias, prevê o plano, haveria uma maior demanda para moeda e, conseqüentemente, uma redução expressiva nos re-

ursos atualmente aplicados no *over*. O alongamento da dívida interna, por seu lado, será tentado se houver uma confirmação da queda da inflação, que criaria condições de lançamento de prazos mais curtos. “Nada será feito de forma compulsória na questão da dívida interna”, assegura com veemência um dos formuladores do Plano Zélia.

**Capital estrangeiro** — Haverá abertura gradual ao exterior pela paulatina redução de alíquotas dos impostos de importação e fim das atuais reservas de mercado e das restrições ao capital estrangeiro. A meta é atingir a abertura *integral* da economia em quatro anos.

**Medidas sociais** — Serão a compensação para atenuar os efeitos recessivos do ajuste econômico. A principal dessas medidas é a distribuição de cesta básica de alimentos à população da baixa renda. Outras sugestões a serem levadas a Collor são a ampliação do seguro desemprego e do prazo do aviso prévio. Com essas medidas, pretende-se manter os níveis de consumo durante a fase mais dramática do ajuste, evidando-se o aprofundamento da recessão e o agravamento da crise social.